



Apresentação: primeira edição de 2026

É com grande satisfação que apresentamos o Volume 17, Número 1, de 2026 da Revista do Curso de Direito do UNIFOR. Reunindo 17 trabalhos científicos, esta edição oferece ao público uma criteriosa seleção de pesquisas que refletem, de forma consistente, a missão institucional da Revista: promover a difusão do conhecimento jurídico a partir de uma perspectiva marcadamente inter e multidisciplinar.

Neste volume, os leitores encontrarão estudos inéditos que abordam uma ampla diversidade de temas contemporâneos e relevantes para o campo jurídico, produzidos por autores nacionais e estrangeiros. A pluralidade temática e a participação de pesquisadores de diferentes origens reafirmam a vocação internacional da Revista, fortalecendo seu compromisso com o diálogo acadêmico, a excelência científica e a circulação de conhecimentos que transcendem fronteiras.

Aguçando a curiosidade e guiando a leitura, chamamos a atenção para quatro nichos temáticos. No primeiro, a temática aborda fundamentos constitucionais, memória histórica e a crítica da jurisdição, e os autores nos convidam a olhar para o núcleo duro das instituições políticas e jurídicas por meio de uma perspectiva reflexiva, pautada na redemocratização e na teoria da linguagem. Em *"Nos bastidores da Constituição: um olhar do presente para o futuro"*, Emerson Ademir Borges de Oliveira e Giovanna Costa de Oliveira reconstroem o mosaico político que deu origem à Constituição de 1988, relacionando os ideais democráticos fundacionais com os desafios contemporâneos da estabilidade institucional.

O debate sobre a separação de poderes ganha contornos de urgência na análise de Wilson Tadeu de Carvalho Eccard e Vinícius de Mattos Oliveira, em *"Diálogos jurídicos sobre o poder moderador no Brasil: Supremo Tribunal Federal e os limites na atuação e subordinação das Forças Armadas"*, que examina criticamente a fixação hermenêutica do STF contra leituras intervencionistas do artigo 142.

A evolução da liberdade civil é mapeada por Williem da Silva Barreto Júnior em *"Entre a norma e o sagrado: percursos constitucionais da liberdade religiosa no Brasil"*, examinando a transição do Estado confessional imperial para o modelo laico republicano e as suas tensões com a ordem pública.

Por fim, fechando o nicho, a resenha de Laura Rodrigues Rosa da Silveira e Adriano da Silva Ribeiro sobre a obra *"O Processo como interpretante no Direito Democrático"* (de Diva Alves Costa Neta) coloca a semiótica e a linguística no centro do debate processual democrático.

O segundo nicho aborda os direitos étnicos, degradação socioambiental e a virada ecológica global, trazendo elementos às urgências da crise climática e à luta pelo reconhecimento de povos historicamente marginalizados. Bruna Bastos e Lucas Cruz Vasconcelos assinam o *"Perspectivas da degradação socioambiental para pensar a violência contra os povos indígenas na Amazônia"*, utilizando dados e relatórios do CIMI para demonstrar como o desmatamento ilegal e as invasões de terras estão intrinsecamente ligados à violação sistemática dos direitos humanos.

No campo das políticas públicas, Suyene Monteiro da Rocha e Carlito Pereira de Sousa expõem uma diferenciação crucial em *"A diferença entre titulação e certificação de comunidades quilombolas: impactos culturais, políticos e sociais na trajetória da comunidade Ilha de São Vicente – TO"*, revelando os entraves burocráticos e os reflexos identitários dessa distinção.

Jie Lou, Qiuyang Ling e Xueer Tang trazem o artigo *"The legal basis for ocean protection in the UDOR context"*, analisando as inovadoras construções jurisprudenciais do Equador e da Colômbia sobre os "Direitos da Natureza" (*Rights of Nature*), aplicando-os de forma inédita ao ecossistema marinho face às insuficiências da UNCLOS.

O terceiro eixo reúne estado de direito global, racionalidade econômica e segurança jurídica, debruçando-se sobre a complexidade das relações transfronteiriças, novos mercados e os novos institutos de resolução de conflitos. Iván Vargas-Chaves, em *"Seguridad jurídica y derecho supranacional: una relectura desde el Estado de Derecho Global"*, oferece um quadro teórico robusto sobre como a segurança jurídica contemporânea transcende a mera técnica normativa interna, implicando um compromisso ético com a justiça e a igualdade.

Sabrina Frigotto, Ana Filipa Ribeiro e Levi Hülse analisam a vanguarda dos mercados financeiros em *"Do Brasil à Europa: analisando o futuro dos criptoativos nas estruturas regulatórias"*, traçando um paralelo indispensável entre o marco legal brasileiro (Lei nº 14.478/2022) e o regulamento MiCA da União Europeia.

Juliano Silva Cougo, Raphael de Moraes, Mozar José de Brito e Valéria da Glória Pereira Brito apresentam *"Cronologia da conduta institucional do estado no mercado da cachaça: análises à luz do institucionalismo histórico"*, apontando a intervenção do Estado na economia, em um resgate que cruza Direito e Administração Pública.

Marcelo Negri Soares, Welington Junior Jorge Manzato e Jarbas Rodrigues Gomes Cugula discutem em *"Negócio processual civil, direitos da personalidade e arbitragem: instrumentos para a segurança jurídica em contratos imobiliários"* a autonomia privada e os contratos, unindo o

processo civil aos negócios contemporâneos e demonstrando como proteger os direitos da personalidade no ambiente contratual tradicional e digital.

O último nicho amarra políticas públicas, eficiência operacional e sistemas políticos comparados, reunindo trabalhos focados na dimensão prática do Direito, na saúde das instituições e nas análises político-jurídicas em perspectiva comparada internacional. Hugo Rios Bretas e Sabrina Tôrres Lage Peixoto de Melo fazem uma crítica incisiva em *"Onde vamos parar? Os rumos para a (in) salubridade da advocacia, a partir do Aviso Conjunto 138/25 da Presidência do Tribunal de Justiça de Minas"*, medindo o impacto das novas regulamentações dos tribunais na saúde laboral e nas prerrogativas dos advogados.

Carlos André Maciel Pinheiro Pereira e Andressa Solon Borges examinam a delicada gestão da judicialização em *"Os critérios técnicos para produção decisória, pelos juizados da Fazenda Pública, nas demandas sobre o direito fundamental à saúde"*, balizando as escolhas magistradas entre a reserva do possível e a dignidade humana.

No plano da política criminal e da sociologia do direito, Vinicius Consoli Ireno Franco e Fernando de Brito Alves desferem uma crítica fulcral em *"Emancipação social x política criminal atuarial: o projeto político da esquerda refém da institucionalidade"*, apontando os riscos da lógica gerencial e do encarceramento.

A governança do Sudeste Asiático e da Ásia Central é debatida em três artigos: Bui Huy Du e Nguyen Minh Trí assinam *"Democratic development and the rule of law in the context of international integration: a legal perspective"*; Ho Cong Duc apresenta *"Perfecting the rule-of-law state for fair interests in Vietnam today"*, desvelando o modelo de Estado de Direito de orientação socialista do Vietnã; e Timur Mansurov contribui com *"Examining legal aspects of political protests and the development of state stability in Kazakhstan"*, decifrando o papel da Organização do Tratado de Segurança Coletiva face aos protestos e conflitos de elites.

A partir desses trabalhos, a Revista do Curso de Direito do UNIFOR cumpre seu papel extensionista de impulsionar a pesquisa e o pensamento crítico. Convida a comunidade de leitores a explorar este volume, certa de que ele servirá de combustível para novos debates e para o aperfeiçoamento das ideias e práticas.

Desejamos uma excelente leitura!

Dra. Nélida Reis Caseca Machado
Editora da Revista do Curso de Direito do UNIFOR